

GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ nº 09.605.581/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Apresentação
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Destques
Resultado do Exercício
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Corretora registrou Lucro líquido de R\$ 81.392 (2021 - R\$ 53.254), correspondente a R\$ 0,20 (2021 - R\$ 0,13) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 16,94% (2021 - 13,41%).
Foi constituída Reserva legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro líquido e o saldo restante foi destinado para a Reserva estatutária, não havendo portanto pagamento de dividendos, "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

Ranking B3
Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora se posiciona em 12º e 25º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume negociado de janeiro a dezembro de 2022.

Límite de Basileia - Patrimônio de Referência
A Corretora adota a aplicação dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

O Índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.
Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 17,72% (2021 - 21,77%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria
Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.910, de 27 de maio de 2022, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Interno do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.
As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos
Aceitamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17, nº 4.943/21 e nº 4.945/21, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental
Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas políticas globais relacionadas às questões sociais, ambientais e climáticas, e com base nos critérios estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Goldman Sachs Brasil, disponível publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido.

assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Canal de Atendimento ao Público e Canal de Denúncias
Canal de Atendimento ao Público
Desde o final do exercício de 2020 encontra-se em funcionamento o Canal de Atendimento ao Público ("Canal"), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Conglomerado que substituiu o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do toll-free 0800 727 5764 e/ou do e-mail canalgoldmanbrasil@gs.com.

Canal de Denúncias
Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.
Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico
Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou canalgoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Disponibilidades	7	675	509	Instrumentos financeiros		333	-
Instrumentos financeiros		539.489	454.258	Instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	333	-
Aplicações em operações compromissadas	8 (a)	82.141	52.117	Obrigações fiscais		51.164	34.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 (b)	424.051	371.303	Imposto de renda e contribuição social - Corrente		44.140	28.584
Títulos e valores mobiliários	8 (c)	33.177	30.838	Outras	13	7.024	5.507
Instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	120	7.322	Outros passivos	11	173.412	249.592
Ativos fiscais		9.974	6.613	Patrimônio líquido		480.407	397.075
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	12 (b)	9.220	6.613	Capital social	14 (a)	400.384	339.000
Impostos e contribuições a compensar		754	709	Reservas de capital	14 (b)	-	4.971
Outros ativos	10	153.001	216.033	Reservas de lucros	14 (c)	81.392	56.413
Imobilizado de uso	9	5.333	5.133	Outros resultados abrangentes		(1.369)	(3.309)
(-) Depreciações acumuladas	9	(3.156)	(2.497)	Total do passivo e patrimônio líquido		705.316	680.758
Total do ativo		705.316	680.758				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil, exceto lucro por ação				
	Nota	2º Semestre 2022	2022	2021
Receitas de intermediação financeira		32.332	56.404	18.065
Receitas de juros e similares		32.332	56.404	18.065
Aplicações em operações compromissadas	15 (b)	4.564	7.898	2.693
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15 (b)	25.684	44.403	14.016
Títulos e valores mobiliários		2.084	3.739	1.356
Despesas de intermediação financeira		(265)	(344)	(99)
Perdas líquidas de ativos e passivos financeiros		(265)	(344)	(99)
Títulos e valores mobiliários		(52)	(131)	(553)
Instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	(213)	(213)	454
Resultado bruto da intermediação financeira		32.067	55.966	17.966
Outras receitas (despesas) operacionais		57.084	82.287	75.400
Receitas de prestação de serviços	17 (b)	157.271	277.112	242.526
Benefícios a empregados	17 (c)	(44.970)	(100.732)	(93.916)
Despesas de remuneração da Diretoria	17 (c)	(2.736)	(5.975)	(6.586)
Outras despesas administrativas	17 (d)	(40.385)	(63.200)	(47.933)
Despesas tributárias	17 (e)	(13.165)	(23.964)	(19.783)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17 (f)	1.069	(954)	1.092
Resultado operacional		89.151	137.983	93.366
Resultado antes da tributação sobre o lucro		89.151	137.983	93.366
Imposto de renda e contribuição social		(36.305)	(56.591)	(40.112)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	12 (a)	(30.121)	(60.493)	(41.053)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	12 (b)	(6.184)	(3.902)	941
Lucro líquido do semestre/exercício		52.846	81.392	53.254
Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)		0,13	0,20	0,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil				
	Nota	2º Semestre 2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício		52.846	81.392	53.254
Outros resultados abrangentes		(867)	1.940	(1.519)
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		(867)	1.545	(1.519)
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações, líquido do efeito fiscal (tributos diferidos)		-	867	1.545
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado		-	395	-
Ajuste de avaliação atuarial - Plano de benefícios definidos, líquido do efeito fiscal (tributos diferidos)	11	-	395	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		51.979	83.332	51.735

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil				
	Nota	2º Semestre 2022	2022	2021
Atividades operacionais		57.202	75.417	52.174
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		52.846	81.392	53.254
Lucro líquido do semestre/exercício		52.846	81.392	53.254
Ajustes ao lucro líquido		4.356	(5.975)	(1.080)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17 (d)	(2.155)	(7.732)	(5.177)
Variações de ativos e obrigações	12 (b)	6.184	(3.902)	(941)
Ativos e passivos fiscais diferidos		6.184	(3.902)	(941)
Variações de ativos e obrigações		(20.439)	(45.027)	(75.821)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros		(33.019)	(87.863)	(108.226)
(Aumento)/redução em ativos fiscais e obrigações fiscais correntes		15.485	46.224	41.549
(Aumento)/redução em outros ativos		596.678	65.764	(50.295)
(Redução)/aumento em outros passivos		(612.694)	(74.240)	67.055
Imposto de renda e contribuição social pagos		8.506	(27.901)	(37.780)
Juros recebidos		4.905	32.989	11.876
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais		36.763	30.390	(23.647)
Atividades de investimento		-	(200)	(3.014)
Imobilizado e investimentos de longo prazo	9	-	(200)	(3.014)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		-	(200)	(3.014)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes a caixa		36.763	30.190	(26.661)
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercício	7	46.053	52.626	79.287
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercício	7	82.816	82.816	52.626
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes a caixa		36.763	30.190	(26.661)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil									
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14	176.000	-	4.971	8.308	157.851	(1.790)	-	345.340
Aumento de Capital - Em fase de homologação		-	163.000	-	(6.000)	(157.000)	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações		-	-	-	-	-	(1.519)	-	(1.519)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	53.254	53.254
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	2.663	-	-	2.663
Reserva estatutária		-	-	-	-	50.591	-	-	50.591
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14	176.000	163.000	4.971	4.971	51.442	(3.309)	-	397.075
Aumento de Capital	14	224.384	(163.000)	(4.971)	(4.971)	(51.442)	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações		-	-	-	-	-	1.545	-	1.545
Remuneração do plano de benefícios definidos		-	-	-	-	-	395	-	395
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	81.392	81.392
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	4.070	-	-	4.070
Reserva estatutária		-	-	-	-	77.322	-	-	77.322
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	400.384	-	4.070	4.070	77.322	(1.369)	-	480.407
Saldos em 30 de junho de 2022		339.000	61.384	1.427	1.427	77.322	(502)	27.119	428.428
Aumento de Capital	14	61.384	(61.384)	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações		-	-	-	-	-	(867)	-	(867)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	52.846	52.846
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	2.643	-	-	2.643
Reserva estatutária		-	-	-	-	77.322	-	-	77.322
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	400.384	-	4.070	4.070	77.322	(1.369)	-	480.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (advisory), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no país, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").
O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").
A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente.
Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008.
Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
Em 02 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento B3.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do POO - Programa de Qualificação Operacional da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.
Em 18 de setembro de 2017, o POO concedeu o selo de Qualificação "Nonresident Investor Broker" para a Corretora, selo este que identifica o Participante de Negociação Pleno e o Participante de Negociação que possuem estrutura organizacional e tecnológica especializada na prospecção de clientes, prestação de serviços de atendimento consultivo assim como execução de ordens e distribuição de produtos da B3 para investidores não residentes.
Em 28 de fevereiro de 2023, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para relatório financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil

4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.745/19. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

a. **Estrutura de capital**

As principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- Exigências de capital - Basileia - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- Exigências de capital - **Limite de exposição por cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.
- **Limite de exposição cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.
- **Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária ("IRBB")** - O BACEN define metodologias e procedimentos para avaliação da adequação de capital para risco de taxa de juros na carteira bancária (IRBB).

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um buffer que reflita o ambiente de mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

b. **Plano de contingência de capital (CCP)**

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

• **Governança:** A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.

• **Processos:** São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.

• **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.

a. **Risco de crédito**

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas e recebíveis).

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de risco estabelecidos pelos Comitês Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas pelos Comitês Globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

b. **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultado, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos spreads de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias commodities.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, atua diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo. As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR ("Value at Risk") e métricas de sensibilidade. Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse ("stress-test").

Value at Risk (VaR) é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco

	2022	2021
Taxa de juros	13,77	5,69
Moedas	9,44	12,28
Ações	1,67	1,45
Commodities	—	0,06
Total	19,83	19,84
	(5,11)	(5,58)

Efeito da diversificação

Análise de cenários e teste de estresse: Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis impactos no capital e na liquidez do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: choques (i) em taxas de câmbio, (ii) em taxas de juros e (iii) no mercado de ações. O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu "apetite" a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos periodicamente e, conforme necessário, alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco. Os limites são monitorados e reportados para a estrutura de governança, conforme apropriado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.

c. **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultado de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura de gestão de risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

d. **Risco de liquidez**

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado possui política de gestão de liquidez que visa manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Conglomerado, mas também com eventos do mercado financeiro que podem afetar as operações do Conglomerado. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Conglomerado e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17. As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior.

6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial, são compostos conforme segue:

	2022	Circulante	Não Circulante
Ativo	2022	675	675
Disponibilidades	675	675	—
Instrumentos financeiros	539.479	93.879	445.610
• Aplicações em operações compromissadas	82.141	82.141	—
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	424.051	—	424.051
• Títulos e valores mobiliários	33.177	11.618	21.559
• Instrumentos financeiros a compensar	120	120	—
Ativos fiscais	9.974	—	9.974
• Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9.220	—	9.220
• Impostos e contribuições a compensar	754	—	754
Outros ativos	153.001	152.563	438
Imobilizado de uso	3.153	—	3.153
(-) Depreciações acumuladas	(5.356)	—	(3.156)
Total do Ativo	705.316	247.117	458.199

Passivo e Patrimônio Líquido

	2022	Circulante	Não Circulante
Instrumentos financeiros	333	333	—
• Instrumentos financeiros	333	333	—
Obrigações fiscais	51.164	44.140	7.024
• Imposto de renda e contribuição social - Corrente	44.140	44.140	—
• Imposto de renda e contribuição social - Diferido	7.024	—	7.024
Outros passivos	173.412	172.658	754
Patrimônio líquido	480.407	—	—
• Capital social	400.384	—	—
• Reservas de lucros	81.392	—	—
• Outros resultados abrangentes	(1.369)	—	—
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	705.316	217.131	7.778
Ativo	2021	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	509	509	—
Instrumentos financeiros	454.258	56.996	397.262
• Aplicações em operações compromissadas	52.117	52.117	—
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	371.303	—	371.303
• Títulos e valores mobiliários	30.838	4.879	25.959
Ativos fiscais	7.322	4.807	2.515
• Imposto de renda e contribuição social - Diferido	6.613	4.807	1.806
• Impostos e contribuições a compensar	709	—	709
Outros ativos	216.033	215.952	81
Imobilizado de uso	5.133	—	5.133
(-) Depreciações acumuladas	(2.497)	—	(2.497)
Total do Ativo	680.758	278.264	402.494
Passivo e Patrimônio Líquido	2021	Circulante	Não Circulante
Obrigações fiscais	34.091	34.091	—
• Imposto de renda e contribuição social - Corrente	28.584	28.584	—
• Outras	5.507	5.507	—
Outros passivos	249.592	240.511	9.081
Patrimônio líquido	397.075	—	—
• Capital social	339.000	—	—
• Reservas de capital	4.471	—	—
• Reservas de lucros	56.413	—	—
• Outros resultados abrangentes	(3.309)	—	—
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	680.758	274.602	9.081

7 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 675 (2021 - R\$ 509) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 82.141 (2021 - R\$ 52.117) (nota 8 (a)).

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) **Aplicações em operações compromissadas**

Em 31 de dezembro de 2022, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas no valor de R\$ 82.141 (2021 - R\$ 52.117), com vencimento em 02 de janeiro de 2023, lastreadas por Letras do Tesouro Nacional ("LTN"), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

(b) **Aplicações em depósitos interfinanceiros**

Em 31 de dezembro de 2022, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 424.051 (2021 - R\$ 371.303), com vencimento até agosto de 2028 e taxas correspondentes a 100% do CDI, cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

(c) **Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta por Letras do Tesouro Nacional e quotas de fundos emitidas pelo Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB").

O valor de mercado dos títulos publicados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do FILCB reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(c.1) **Composição por classificação e tipo**

	2022	2021
Valor de custo	4.841	4.841
Valor de mercado	4.841	4.841
Valor de mercado	28.334	28.336
	6.775	6.777

Carteira própria - Títulos para negociação

	2022	2021
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.841	4.841
Vinculados à prestação de garantias na B3	28.334	28.336
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	6.775	6.777
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB)	21.559	21.559
Total	33.175	33.177

(c.2) **Classificação e composição por prazo de vencimento**

	2022	2021
Sem vencimento	3 a 12 meses	Valor de mercado
	4.841	4.841
	4.841	4.841
	21.559	6.777
	6.775	6.777
	21.559	21.559
	33.175	33.177

Carteira própria - Títulos para negociação

	2022	2021
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.841	4.841
Vinculados à prestação de garantias na B3	21.559	6.777
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	6.775	6.777
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB)	21.559	21.559
Total	21.559	11.618

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados na segregação entre circulante e não circulante como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01 do BACEN.

d) **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2022 estão representados por posição comprada e vendida de contratos de termo de moeda - NDF (Non-Deliverable Forward), negociados no mercado de Balcão com Instituição Financeira ligada (nota 15 (b)), cujo valor a receber monta a R\$ 120 (2021 - zero) e a pagar a R\$ 333 (2021 - zero).

A precificação das operações de NDF é fundamentada pela geração de curva de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com operações de NDF totaliza uma despesa de R\$ 213 (2021 - receita de R\$454).

9 **IMOBILIZADO DE USO E DEPRECIações ACUMULADAS**

	2022	2021
Depreciação acumulada	5.356	3.156
Valor líquido	2.177	5.133
Depreciação acumulada	5.356	3.156
Valor líquido	2.177	5.133

Móveis e Equipamentos de Uso

	2022	2021
Equipamentos de processamento de dados	5.332	(3.155)
	2.177	5.132
	(2.496)	2.636
Total	5.332	(3.156)

10 **OUTROS ATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	2022	2021
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	85.649	156.965
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 15 (b)) ⁽²⁾	65.759	57.312
Rendas a receber	1.155	1.236
Diversos	438	520
Total	153.001	216.033

(1) Negociação e intermediação de valores refere-se a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 85.649 (2021 - R\$ 67.571) e em 2021 caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 89.394.

(2) Valores a receber de sociedades ligadas referem-se, principalmente, à serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs International no montante de R\$ 65.759 (2021 - R\$ 56.271).

11 **OUTROS PASSIVOS**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	2022	2021
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	86.548	158.919

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil**

17 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Obrigações legais e passivos contingentes

A Corretora é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de exportação de serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 10.382 (2021 - R\$ 9.665).

Em 8 de fevereiro o STF determinou que a quebra da coisa julgada sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. A Administração está avaliando os impactos da referida norma mas não espera ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Receita de prestação de serviços

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2022	2021
Rendas de corretagens de operações em bolsas	146.464	135.514
Rendas de outros serviços ⁽¹⁾	130.648	107.012
Total	277.112	242.526

⁽¹⁾ Rendas de outros serviços referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à Goldman Sachs International no montante de R\$ 130.648 (2021 - R\$ 107.012)

(c) Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria

Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria referem-se a:

	2022	2021
Proventos	81.905	71.228
Encargos sociais	18.009	24.096
Benefícios e treinamentos	6.793	5.178
Total	106.707	100.502

Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e

reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração da Corretora, através de estudo técnico, verificou que há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 754 (2021 - R\$ 1.411) (nota 11).

(d) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2022	2021
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	42.051	34.013
Aluguéis	2.827	2.663
Processamento de dados	3.447	2.570
Serviços de terceiros	1.358	1.373
Contribuições filantrópicas	970	960
Comunicações	700	749
Serviços do sistema financeiro	653	607
Manutenção e conservação de bens	570	570
Viagens ao exterior	4.456	454
Depreciação	659	378
Promoções e relações públicas	1.281	367
Seguros	335	289
Vigilância e segurança	310	287
Publicações	140	170
Despesas de material	189	143
Outras despesas administrativas	3.254	2.340
Total	63.200	47.933

⁽¹⁾ Serviços técnicos especializados referem-se a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (Controlador) para a Corretora, no montante de R\$ 42.051 (2021 - R\$ 33.700).

(e) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2022	2021
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	13.936	12.138
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	9.794	7.440
Despesas tributárias - CIDE	189	179
Despesas tributárias - IOF	45	26
Total	23.964	19.783

(f) Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas/despesas operacionais totalizam em despesa de R\$ 954 (2021 - receita de 1.092) e referem-se, substancialmente, à despesa de variação cambial sobre os saldos em moeda estrangeira no valor de R\$ 3.230 (2021 receita de variação cambial de R\$ 1.552).

(g) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Corretora teve a totalidade de seu resultado classificado como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18 LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 17,72% (dezembro 2021 - 21,77%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 2.845.230 (dezembro 2021 - R\$ 2.363.028).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2022 é de 0,89% (dezembro 2021 - 0,65%).

DIRETORIA

Juliano Meira Campos Arruda - Diretor-Presidente

André dos Santos Mendonça
 Kathia Aparecida Autouri

Ricardo Donisete Stabile
 Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso
 CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
 Goldman Sachs do Brasil Corretora de
 Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 01 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
 Contador - CRC 1SP213429/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em

31 de dezembro de 2022, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde

foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

